

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.760 - MG (2019/0292242-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : CONSTRUTORA TENDA S/A
ADVOGADO : LAURO JOSE BRACARENSE FILHO - MG0069508
RECORRIDO : MARCIO BATISTA MACHADO
REPR. POR : ODETILHA BATISTA MIRANDA
ADVOGADO : KEILA CRHISTIAN DE OLIVEIRA B. PALERMO - MG120948

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO COMINATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A ÚLTIMA PARCELA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Construtora Tenda S.A. contra os acórdãos de fls. 323-338 e 361-367 (e-STJ), proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementados:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO COMINATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - REQUISITO - DIREITO DE REGRESSO DA PARTE DENUNCIANTE, DECORRENTE DE LEI OU DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA - DANO MORAL - OCORRÊNCIA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO - PRINCÍPIOS ORIENTADORES - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - ERROS MATERIAIS - CORREÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- A denunciação da lide tem cabimento em circunstâncias nas quais se possa incluir terceiro na relação processual para que, contra ele, seja exercido, pela parte denunciante, direito de regresso - decorrente de obrigação assumida pelo denunciado em virtude de lei ou de contrato - para ressarcimento dos prejuízos por ela sofridos em razão de sua eventual sucumbência na demanda.

- Há sofrimento moral, passível de ser indenizado, do comprador de

imóvel que, em data ajustada para a entrega do apartamento, constata que as obras de construção não foram concluídas

- Inexiste critério objetivo para a estipulação do valor da indenização por danos morais, pelo que incumbe ao julgador arbitrá-lo, de forma prudente, com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e atento às circunstâncias do caso concreto.

- A indenização por danos morais deve ter caráter reparatório, sem ensejar enriquecimento sem causa, representando, ao ofendido, uma compensação justa pelo sofrimento experimentado, e, ao ofensor, um desestímulo à reiteração do ato lesivo.

- Constatada a existência de erros materiais na sentença, mostra-se possível o acolhimento do recurso para correção dos vícios apontados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - VÍCIO DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - ENFRENTAMENTO DE FORMA CLARA, PELA TURMA JULGADORA, DAS QUESTÕES DEVOLVIDAS À INSTÂNCIA REVISORA - EMBARGOS REJEITADOS.

- Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão atacado, devem ser os embargos de declaração rejeitados, por força do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 370-379), aponta a insurgente a existência de violação dos arts. 186, 421, 591 e 884 do Código Civil; e 489, § 1º, incisos II e IV, e 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e ii) o cabimento de correção monetária sobre a última parcela do pagamento.

Sem contrarrazões (e-STJ, fls. 385-386).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 388-391), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

Inicialmente, defende a recorrente a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, alegando que o Tribunal de origem foi omissa quanto à incidência de correção monetária sobre a última parcela do pagamento.

Todavia, observa-se que o Tribunal local deixou de se manifestar sobre o ponto tido por omissa de forma justificada.

Veja-se à fl. 366 (e-STJ):

No presente caso, o que fez a Turma Julgadora, diferentemente de se

Superior Tribunal de Justiça

omitir, foi determinar o pagamento do saldo devedor, na forma requerida, pela Embargante, tanto na contestação, como nas razões do recurso de Apelação, não havendo, anteriormente nos autos, pretensão no sentido de incidir correção monetária sobre a parcela final.

Assim, não assiste razão à recorrente, quando defende a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, porquanto a ausência de manifestação por parte do Tribunal local se deu de forma justificada.

Por fim, tendo a Corte estadual se recusado a se manifestar sobre a incidência da correção monetária, entendendo tratar-se de inovação recursal, ausente se mostra o prequestionamento autorizador do recurso especial.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre a tese jurídica em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. OMISSÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. STF. COMPETÊNCIA. SUBSTABELECIMENTO. JUNTADA POSTERIOR. POSSIBILIDADE.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.
4. Em observância ao princípio da função instrumental do processo, a jurisprudência desta Corte é no sentido de ser cabível a abertura de prazo a fim de que o autor regularize a inicial, sendo a extinção do

Superior Tribunal de Justiça

processo, sem julgamento de mérito, somente proclamada depois de proporcionada à parte a oportunidade de regularização.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 372.573/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017).

Dessa forma, não há como conhecer do recurso, nesse ponto, por ausência do necessário prequestionamento da matéria.

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor da advogada do recorrido em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator